

ANHUMAS – MEMÓRIA DE UM PROJETO E CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Prof.a Dr.a Roseli Buzanelli Torres

Instituto Agronômico de Campinas

Coordenadora do Projeto ANHUMAS: Recuperação Ambiental, Participação e Poder Público em Campinas

rbtorres@iac.sp.gov.br

Prof.a Dr.a Miriam Paula Manini

Curso de Arquivologia, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília

mpmanini@uol.com.br

Resumo: Inúmeros estudos têm apontado que maior transparência e responsabilidade podem levar ao manejo mais justo e mais efetivo dos recursos naturais, e os governos devem aumentar a participação das comunidades locais nas decisões que afetam os ecossistemas e integrar os impactos ambientais nos cálculos das decisões econômicas. Levando-se em consideração o quadro de degradação ambiental do município de Campinas, especialmente na bacia do ribeirão das Anhumas, e a ausência de políticas públicas que possam estabelecer um tipo de interação comunidade-poder público de maneira mais eficaz, é necessário pensar a implementação de políticas de bases comunitárias com o objetivo de conservar e/ou recuperar o ambiente. Uma das mais recentes iniciativas em países industrialmente avançados tem sido a implementação de políticas públicas que envolvem a participação da comunidade. O envolvimento dos atores sociais pode viabilizar o desenvolvimento de projetos que conduzam à elaboração de políticas públicas visando à melhoria da qualidade de vida. Para a implementação de projetos desta natureza, outro fator importante é a formação da equipe, que deve ser mista e interdisciplinar, envolvendo técnicos locais e pessoas da comunidade. Propomos, desse modo, o detalhamento do diagnóstico sócio-ambiental da bacia do ribeirão das Anhumas, trazendo novos profissionais da Prefeitura Municipal de Campinas para a equipe, e ampliando a integração com a comunidade da área, especialmente através da criação de um Centro de Educação Ambiental que abrigará um centro de documentação. Palavras-Chaves: Memória, Meio Ambiente, Políticas Públicas, Centro de Documentação.

Anhuma: “(...). ave de grande porte, de pernas fortes e dedos grandes, tendo na cabeça um longo chifre córneo, que lhe dá um singular ornamento e nas asas (...) dois esporões, um maior e outro menor (...). Os olhos têm a íris alaranjada.(...).”
(Ruschi, 1979, p. 220; Sick, 1984, p. 185).

INTRODUÇÃO

No recente relatório *Recursos mundiais 2002-2004: decisões para a Terra - balanço, voz e poder*¹, produzido pelo World Resources Institute (WRI 2003), Banco Mundial (World Bank), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), é ressaltada a necessidade de aumentar a participação pública para frear a deterioração do ambiente no mundo e para retardar o crescimento global da pobreza. Nesse sentido, maior transparência e responsabilidade podem levar ao manejo mais justo e mais efetivo dos recursos naturais, e os governos devem aumentar a participação das comunidades locais nas decisões que afetam os ecossistemas e integrar os impactos ambientais nos cálculos das decisões econômicas. O relatório nota que grandes avanços foram feitos e sucessos alcançados no convencimento de diferentes tomadores de decisão e de que a proteção do ambiente é crítica, mas alerta que esses esforços têm que ser sustentados e construídos, para que os problemas da pobreza e da degradação ambiental globais sejam atacados.

Segundo o Diretor Executivo do UNEP Klaus Toepfer, “(...) governantes, empresários, sociedade civil e o cidadão individual estão mais inteirados do que deve ser feito, e certamente estão agindo”. Além disso, evidências da contínua erosão e do colapso de vários ecossistemas indicam que uma ação é urgente e necessária. Como exemplo, pode-se citar o fato de que, enquanto aproximadamente 350 milhões de pessoas são diretamente dependentes das matas para a sua sobrevivência, a cobertura florestal declinou cerca de 46% desde a época pré-agrícola.

Para além dos problemas ambientais, o relatório aponta o crescimento da pobreza - quase metade da população humana vive com menos de 2 dólares por dia. *“As comunidades pobres são particularmente vulneráveis aos fracassos de políticas ambientais, pois dependem mais intensamente dos recursos naturais para sua sobrevivência”*, segundo palavras da Dra. Kristalina Georgieva, Diretora do Departamento de Ambiente do Banco Mundial. *“Essas comunidades estão menos protegidas pelos direitos de propriedade, que lhes garantam o controle legal sobre os recursos ambientais”*.

Entretanto, a resolução da pobreza não pode ser superada sem o manejo sustentável dos ecossistemas, diz o relatório, e os ecossistemas não podem ser protegidos dos abusos sem controle da riqueza e do poder. Por fim, a identificação do acesso público à informação dos governantes, empresários e organizações não-governamentais configura-se uma premissa necessária para melhorar o desempenho ambiental. Uma maior transparência e responsabilidade podem levar a mais justiça e melhor manejo dos recursos naturais (ENS, 2003).

A degradação ambiental que vivenciamos hoje retrata, por um lado, a omissão do poder público em definir e executar políticas de conservação e preservação do meio ambiente e, por outro lado, o descuido e omissão dos próprios moradores dos centros urbanos. Assim sendo, um dos maiores desafios, que estão colocados hoje, é fortalecer a importância da noção de qualidade de vida e a criação de uma consciência ambiental. Para tanto, deve-se investir na educação ambiental, de modo a formar cidadãos conscientes de suas responsabilidades individuais e coletivas.

Considerando-se que o manejo adequado do ambiente é condição básica para a melhoria do nível de vida da população, principalmente da parcela excluída e/ou carente, como os moradores das áreas de risco, o objetivo central deste projeto é a elaboração de um diagnóstico da bacia hidrográfica do ribeirão das Anhumas, em Campinas (SP), para subsidiar a elaboração de políticas públicas para a recuperação ambiental da bacia. Uma vez que o diagnóstico proposto é executado em conjunto com a população da área de estudo, também é nosso objetivo a avaliação da utilidade de metodologias participativas para trabalhar

com a comunidade em um projeto de políticas públicas, de modo que as decisões a serem tomadas pelos órgãos de gestão pública tenham maior transparência.

Coroando o projeto como um todo, visamos à criação de um Centro de Educação Ambiental que, além de servir como pólo educativo à comunidade local, abrigará e dará acesso à documentação reunida ao longo do projeto.

OBJETIVOS

Na bacia do ribeirão das Anhumas está localizada ocupação urbana das mais antigas do município de Campinas. Toda a região central da cidade, com áreas residenciais, de comércio e de serviços, está na área desta bacia, especialmente sobre as nascentes dos córregos que formam o ribeirão das Anhumas. Cerca de 40% da área da bacia encontra-se densamente urbanizada, conforme resultados apresentados no relatório da primeira fase do projeto. Nascentes e córregos, no alto curso da bacia, encontram-se aterrados ou canalizados, sem suas áreas de proteção permanente (APPs). As áreas de baixada, várzeas naturais do ribeirão, encontram-se ocupadas, principalmente por uma população de baixa renda, que sofre anualmente os efeitos do período chuvoso. Na área rural, que está sob grande pressão de urbanização, a situação de degradação ambiental também é grande.

No trecho urbano da bacia, além da ocupação das várzeas, da ausência das áreas de preservação ao longo das margens dos córregos e das nascentes, outros problemas podem ser acrescentados: despejo de esgoto sem tratamento nos corpos d'água, inúmeras fontes de poluição, depósitos clandestinos de entulho e muito lixo. Grande parte do lixo jogado nas margens e dentro do ribeirão das Anhumas é dos próprios moradores que ali vivem.

Os inúmeros e graves problemas observados nos trabalhos de campo, durante a primeira fase do projeto, no levantamento de dados e estudos sobre a área e no contato com a comunidade da região da rua Moscou, trecho urbano da bacia, mostram que a elaboração de um diagnóstico mais detalhado sobre o meio físico e sócio-econômico é fundamental para fornecer subsídios para a tomada de decisões por parte do Poder

Público Municipal, que considerem, de um lado, as necessidades da população envolvida e, de outro, as questões ambientais.

Considerando que o ribeirão das Anhumas é tributário do rio Atibaia, um dos principais abastecedores de água na Região Metropolitana de Campinas, se faz necessário o equacionamento dos problemas ambientais de toda a bacia dando-lhe o enfoque de manancial de interesse regional.

Assim, propomos o detalhamento do estudo do uso e ocupação das terras na bacia do ribeirão das Anhumas e o aprofundamento do diagnóstico sócio-econômico. Partindo da premissa genérica de que políticas públicas são diretrizes que o poder público e a sociedade organizada determinam a curto, médio e longo prazo para a administração de questões ligadas ao interesse social, direcionando a Prefeitura ou o Estado a solucionar e gerir as problemáticas coletivas, tradicionais e emergentes, propõe-se também a estruturação de um programa de educação ambiental, onde o foco é promoção de ações que contemplem a formação de cidadãos críticos, ativos e conscientes do seu papel na gestão ambiental da bacia. Consideramos igualmente relevante a capacitação dos técnicos envolvidos no projeto, como os profissionais da Prefeitura Municipal de Campinas, alunos de graduação (estagiários e bolsistas de iniciação científica) e de pós-graduação nas atividades de levantamento de dados do meio físico.

Desse modo, os objetivos a serem atingidos na segunda fase do projeto serão:

Diagnóstico do meio físico

- complementação do mapa base, na escala 1:10.000, que será utilizado por toda a equipe do projeto, para o lançamento das informações georreferenciadas;
- elaboração do histórico do uso e ocupação das terras a partir da década de 1960 e levantamento detalhado da situação atual (2003);
- elaboração de mapa pedológico semi-detalhado da bacia, na área urbana e rural, e de legenda para os solos antropizados nas áreas urbanas não impermeabilizadas;

- elaboração do mapa do relevo da bacia, que será utilizado em outras etapas do projeto, como o estudo de riscos de erosão;
- avaliação da capacidade de uso das terras, na área não urbanizada;
- levantamento dos riscos de erosão na bacia;
- avaliação da adequação do uso das terras rurais;
- levantamento das áreas de degradação ambiental;
- atualização das informações sobre a vegetação nativa remanescente e das áreas de APP e de reserva legal;
- elaboração de análises de correlação entre o solo e algumas espécies arbóreas nativas;
- produção de mudas de árvores nativas, pelo Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura Municipal, para recomposição de áreas de APP e de reserva legal;
- estudo dos aquíferos e das águas subterrâneas;
- definição e diagnóstico das unidades ambientais da bacia;
- elaboração do mapa de riscos ambientais;
- elaboração do zoneamento agro-ambiental.

Diagnóstico sócio-econômico

- caracterização sócio-econômica da população da bacia, nas áreas rural e urbana.

Estruturação de atividades de educação ambiental e registro fotográfico:

- estruturação de um programa de educação ambiental, visando a capacitação dos técnicos envolvidos no projeto e das lideranças comunitárias, de modo a estimular a formação de um grupo para o acompanhamento das políticas públicas de gestão ambiental para a bacia e formação de agentes multiplicadores, contribuindo para a mudança de comportamento da população, visando a melhoria da qualidade de vida; introduzindo conceitos de que tudo o que é descartável é lixo, mas que poderá gerar renda através de

cooperativas; motivando a participação e o engajamento do maior número de pessoas no projeto; sensibilizando os moradores da necessidade da coleta seletiva de lixo; procurando desenvolver na comunidade o conhecimento do seu espaço, trabalhando o conceito de território;

- dar continuidade ao registro fotográfico do projeto, para produzir material de divulgação e de sensibilização das comunidades envolvidas;
- divulgar o projeto e seus resultados.

As atividades de educação ambiental pretendem que, no final do projeto, possa ser estruturado um Centro de Educação Ambiental na área da bacia, que poderá sediar as atividades com os líderes de bairro e a formação de agentes multiplicadores². Para além das atividades de formação de agentes multiplicadores em gestão ambiental, este Centro abrigará centro de documentação e guardará os registros fotográficos que estão sendo feitos e funcionará como repositório da história da região estudada. Para tanto, será necessário definir que tipo de acervo acolherá este arquivo (reunião de coleções documentais diversas, material bibliográfico, bancos de dados, etc.) e que tipo de tratamento técnico se aplicará à documentação.

METODOLOGIA

As atividades de educação ambiental terão dois eixos, um visando aos técnicos envolvidos no projeto e o outro a comunidade. Assim, propõe-se o desenvolvimento de programa de capacitação técnico-científico destinado à transferência de conhecimentos científicos dos pesquisadores envolvidos no projeto, visando à capacitação de técnicos da Prefeitura, alunos de graduação e pós-graduação nas atividades de levantamento de dados do meio físico e utilização de técnicas de geoprocessamento.

O programa de educação ambiental destina-se a professores, líderes de bairros e técnicos institucionais, realçando as relações do homem com o ambiente, buscando ações antrópicas menos impactantes, visando à preservação ambiental. Esse programa será desenvolvido com a participação de profissional do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campinas, que está incorporando-se à equipe.

As ações propostas deverão ser consolidadas através das seguintes atividades:

- promoção de cursos, seminários, debates e outras atividades junto às associações de bairro da bacia, conselhos municipais, escolas e outros espaços públicos;
- formação de grupo(s) de acompanhamento dos projetos de implementação de políticas públicas de gestão ambiental, assegurando sempre uma agregação em torno do cumprimento de projetos ou obras públicas que visem à melhoria das condições locais, e de reflexão sobre a qualidade dos serviços realizados na bacia;
- formação de agentes multiplicadores, com o planejamento de atividades culturais e educacionais no âmbito das ciências ambientais, ampliando parcerias e articulando processos de mobilização e de fomento à autogestão ambiental;
- promoção de contactos com associações de moradores, times de futebol do local, grupos de mulheres, de adolescentes, para estabelecer um vínculo inicial entre os vários grupos;
- promoção de atividades com os vários grupos, através de palestras, filmes, visitas monitoradas na região;
- realização de mutirão de limpeza e operação “cata-bagulho”, com preparação prévia dos moradores;
- estímulo ao envolvimento da população na programação da cidade, tais como Semana da Água e Semana do Meio Ambiente etc;
- estímulo à estruturação e implantação de um Centro de Educação Ambiental na bacia do ribeirão das Anhumas, que possa funcionar como

referência para a integração e reflexão das atividades de educação ambiental previstas neste projeto.

Em termos mais técnicos, propõe-se também a criação de um centro de documentação que reunirá os registros feitos e acumulados ao longo do projeto e que será um repositório da memória local.

A implantação deste centro de documentação deve obedecer a alguns passos³:

- Caracterização histórica dos documentos produzidos (trajetória da documentação reunida e observação do fluxo de produção dos documentos);
- Reunião dos documentos (proposta de não-dispersão do que é produzido junto à comunidade, tais como jornais locais, boletins de bairro, notícias sobre o bairro nos jornais da cidade, etc.);
- Classificação dos documentos (parte técnica do trabalho, geralmente se aplicando um tratamento arquivístico);
- Descrição dos documentos (outra parte técnica do trabalho, que trata do conteúdo informacional da documentação);
- Acondicionamento e conservação (parte altamente relevante, também técnica, que trata da preservação do suporte material da informação, sem o qual o conteúdo informacional é nada; envolve higienização, guarda e climatização do ambiente de acervo);
- Disseminação da informação (acesso aos documentos para pesquisa, produção de instrumentos de pesquisa, etc.);
- Produção de informações (publicações e divulgação);
- Treinamento dos produtores de documentos da organização (workshops, palestras e treinamento técnico de como se deve produzir a documentação para que ela caminhe dentro do acervo já com seu valor informativo “impresso” como sua marca);
- Institucionalização do centro de memória (oficialização, estabelecimento de uma rotina de transferência e de política de atualização de dados e reavaliação constante do trabalho realizado).

Dessa forma, o Centro de Educação Ambiental poderia cumprir cada uma destas etapas com eficiência e clareza num momento em que a massa documental é pequena, o que facilita sobremaneira o trabalho de implantação.

Será estimulada a participação da equipe técnica e da comunidade em eventos, tais como exposições, feiras, seminários, congressos etc., para promover divulgação das atividades do projeto, no intuito de provocar discussões que possam enriquecer o processo de educação ambiental. Para ajudar na criação de uma identidade própria, poderão ser fixados cartazes e *banners* na área da bacia, nas dependências das entidades participantes e nos meios de divulgação das ações da Prefeitura Municipal.

Deverão ser realizados *workshops* para a avaliação do estado da arte do trabalho e a transferência de conhecimentos gerados. Para tais eventos, além dos técnicos envolvidos e dos líderes comunitários, serão convidados outros pesquisadores, gestores públicos, além de membros de organizações não-governamentais com atuação em assuntos ambientais.

RESULTADOS ESPERADOS

O presente projeto acaba de ser iniciado. O que se pretende é dar continuidade ao trabalho de registro documental fotográfico que já vem sendo realizado e criar um espaço para acolher não só o material fotográfico produzido, mas para funcionar como repositório da história da região estudada.

O Centro de Documentação ou de Memória poderá ser um setor dentro de algo maior e mais afinado com a temática central do projeto – meio-ambiente – que poderá ser um Centro de Educação Ambiental pertencente à comunidade local. Tal Centro serviria não só para atender à população local, mas a toda a cidade de Campinas, servindo, inclusive, como modelo a ser seguido por outras regiões onde a receptividade e demanda por educação ambiental seja positiva.

Definido este universo (educação ambiental, ecologia local), que nada mais é que o recorte temático em que se especializará o Centro de Documentação ou de

Memória, será necessário definir que tipo de acervo acolherá este Centro (reunião de coleções documentais diversas, material bibliográfico, bancos de dados, etc.) e que tipo de tratamento técnico se aplicará à documentação.

Certamente, a natureza da documentação reunida não poderia se sobrepor a acervos já existentes. Há, por exemplo, na Universidade Estadual de Campinas, o Centro de Memória da UNICAMP (CMU), que guarda, basicamente, documentos da história da cidade. O Centro aqui proposto não seria da mesma natureza do CMU, mas poderia propor à UNICAMP uma parceria técnica, já que reuniria material referente a uma região da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTONI FILHO, D. Campinas – uma visão histórica. Campinas: Pontes, 1996.

BELLOTTO, Heloísa L. Arquivos permanentes; tratamento documental. São Paulo: Queiroz, 1991.

CAMARGO, A. M. A., BELLOTTO, H. L. (coord.) Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: AAB, 1996.

CHIARINI, J. V., DONZELI, P. L. Levantamento por fotointerpretação das classes de capacidade de uso das terras do Estado de São Paulo. Campinas, Instituto Agrônomo, 1973. (Boletim técnico, 3).

ENS, Environment News Service – International Daily Newswire, 2003.

<http://www.ens-news.com/>.

GOULART, Silvana. Patrimônio documental e história institucional. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 3).

INSTITUTO GEOLÓGICO. Subsídios do meio físico-geológico ao planejamento do município de Campinas (SP). São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1993.

KRONKA, F. J. M. et al. Inventário florestal do estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Florestal, 1993.

MORERO, A. M. Planejamento ambiental de áreas verdes: estudo de caso: distrito sede do município de Campinas – SP. Campinas, 1996. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Engenharia Civil, UNICAMP.

RUSCHI, A. Aves do Brasil. São Paulo: Editora Rios, 1979.

SANTIN, D. A. A vegetação remanescente do município de Campinas (SP): mapeamento, caracterização fisionômica e florística, visando a conservação. Campinas, 1999. Tese (doutorado) – Instituto de Biologia, UNICAMP.

SCHELLENBERG, Theodore R. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SEVÁ FILHO, A. O. (org.) Riscos técnicos coletivos ambientais na Região de Campinas. Campinas: NEPAM-UNICAMP, 1997.

SICK, H. Ornitologia brasileira, uma introdução. Brasília: Editora UnB, 1984.

TESSITORE, Viviane. Como implantar centros de documentação. Texto preparado para a Associação dos Arquivistas de São Paulo, oficina do Projeto Como Fazer, 27-28 de setembro de 2001.

TESSITORE, Viviane. Os arquivos fora dos arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 4).

TORRES, R. B.; MARTINS, F. R., KINOSHITA, L. S. Climate, soil and tree flora relationships in forests in the state of São Paulo, southeastern Brasil. Revista Brasileira de Botânica 20 (1):41-49, 1997.

VON SIMSON, Olga. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento; o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP. In: FARIA Filho, Luciano M. (org.). Arquivos, fontes e novas tecnologias; questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados/Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000, p. 63-74.

WRI, World Resources Institute 2003.
http://pubs.wri.org/pubs_description.cfm?pubid=3764

NOTAS

¹ http://pubs.wri.org/pubs_description.cfm?PubID=3764

² “Pessoas preocupadas em transformar e minimizar os impactos do modelo de desenvolvimento atual, buscando no seu cotidiano implementar práticas sustentáveis que tenham por resultado a diminuição de todas as formas de desperdício e a criação de outros modelos de organização social que partam de princípios de ecologia social” (1), podem se tornar agentes multiplicadores, desde que pessoas especializadas os capacitem para ações pertinentes à Educação ambiental.

“Tornar-se-ão pessoas ativas e emocionadas, semeadoras dos propósitos almejados pela Educação Ambiental, transformando pessoas possibilitando a transformação da realidade” (2).

(1) Projeto de Formação de multiplicadores de Educação sócio ambiental – www.semasa.org.br

(2) Projeto Multiplicadores ambientais, Itatinga/SP

³ Goulart, 2002, p. 30-34.